

Manobra adia aumento do IPTU

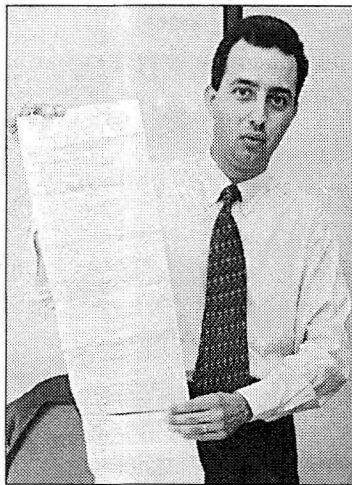
Com uma manobra estratégica muito bem executada, a oposição impediu ontem que o projeto de lei nº 818/99, enviado à Câmara do Distrito Federal pelo governador Joaquim Roriz fosse aprovado. O projeto previa a elevação do Imposto Predial e Territorial Urbano (-IPTU) em todas as localidades, inclusive para os assentamentos, onde os proprietários de lotes ainda teriam que fazer o pagamento retroativo desde 1996.

A tática usada pelos parlamentares oposicionistas surpreendeu a maioria governista, que apesar de ter conseguido aprovar o projeto no plenário por 13 votos a nove não saiu vitoriosa. A manobra foi simples e eficiente. Quando o projeto estava sendo votado em

primeiro turno o deputado Renato Rainha (PL) apresentou uma emenda à Comissão de Economia Orçamento e Finanças (CEOF) pedindo o perdão da dívida com o IPTU aos moradores dos assentamentos.

O relator da CEOF, deputado João de Deus (PDT), que já tinha articulado a estratégia com o parlamentar do PL não acatou a emenda. A mesa diretora da Câmara, por sua vez, não aprovou o parecer do relator. Tudo indicava que o governo teria mais uma vitória tranquila.

No entanto, depois da votação em segundo turno e quando o presidente da casa, Edimar Pirineus (PMDB), divulgou o resultado informando o resultado da votação veio a surpresa: o deputado Rainha pediu palavra



Rainha: emenda estratégia

de ordem para comunicar que como o parecer do relator foi rejeitado, a sua emenda automaticamente estaria incluída no projeto.

De acordo com a lei organi-

ca, para se votar o perdão de dívidas, como o previsto na emenda, o projeto não poderia ser aprovado por maioria simples e sim por dois terços dos parlamentares. Estava armada a confusão. Os deputados ligados ao governo se reuniram para tentar reverter a situação. Até o fechamento desta edição, ainda não havia qualquer decisão do futuro do projeto. Pirineus alegou que a emenda de Rainha não havia sido protocolada e por esse motivo a votação seria anulada e o projeto encaminhado novamente à CCJ. A oposição, no entanto, entende que o governo só pode entrar com proposta parecida somente no próximo ano.

RICARDO CINTRA

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA